



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE COLINAS

MENSAGEM JUSTIFICATIVA DO
PROJETO DE LEI Nº 013-01/2021

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Vereadores:

Medida adotada nos anos de 2017 e 2019, que foi de boa aceitação de parte dos contribuintes, está sendo reeditada pelo Governo Municipal, mediante a apresentação do anexo Projeto de Lei, que trata da possibilidade de os munícipes poderem quitar débitos pendentes, utilizando-se de benefícios concedidos, como a remissão de parte, ou no total, de juros e multas previstas no Código Tributário do Município, quando se trata, principalmente de dívida ativa.

A boa saúde financeira do Município é um fator essencial para que os serviços públicos, buscados diariamente pelos contribuintes, nas diferentes áreas, seja na assistência à saúde, na educação, na agricultura, no setor de obras, possam continuar a ser de qualidade e de pontualidade.

E quando o gestor público tem sobre os seus ombros os deveres imputados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ele tem a obrigação, sob pena de enquadramento na improbidade administrativa, de agir de forma justa com todos os munícipes, não podendo conceder privilégios e tampouco ser negligente com os recursos públicos.

Justifica-se, assim, o empenho da Administração no propósito de buscar, de forma legal, os recursos que pertencem ao Município e que fazem falta para a execução dos muitos Programas disponibilizados aos colinenses, oferecendo condições para que todos aqueles que têm pendências, possam honrar o seu dever e recolher aos cofres públicos o que é devido.

É prudente lembrar, mais uma vez, que não gostaríamos de recorrer ao instrumento do ajuizamento das cobranças das dívidas, por tratar-se de procedimento oneroso, desgastante e que não raras vezes acaba em conflitos. Toda vez que existem meios para soluções consensuais, queremos esgotá-los e neste sentido tomamos a iniciativa de oferecer a opção e alternativas pormenorizadas na matéria que submetemos à apreciação e decisão das Senhoras e Senhores Vereadores.

A partir do acima exposto, esperamos a compreensão dos Senhores e Senhoras Vereadores, para após a dedicada análise, resultar na aprovação desta matéria.

SANDRO RANIERI HERRMANN
Prefeito Municipal

Câmara de Vereadores de Colinas
PROTOCOLO

Processo nº: _____

Data Entrada: 05/04/2021

Rubrica do Responsável
Andréia S. Suizbach

Assessora Legislativa
Câmara de Vereadores de Colinas

Ilmo. Senhor
FABIEL ADOLFO ZARTH
Presidente da Câmara de Vereadores
Nesta Cidade



Comissão de Justiça e Redação

Em ____/____/____

Parecer _____

Presidente _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE COLINAS

Comissão de Economia, **PROJETO DE LEI Nº 013-01/2021**
Finanças e Orçamento

Parecer _____

Data: ____/____/____

Presidente _____

Cria Programa de Recuperação de Créditos - REFIS – “CONTRIBUINTE EM DIA” e dá outras providências.

SANDRO RANIERI HERRMANN, Prefeito Municipal de **COLINAS**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, conforme Resolução nº/2021, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É criado o **PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS – REFIS/2021, “CONTRIBUINTE EM DIA”**, com o objetivo de facilitar a quitação de débitos de pessoas físicas e/ou jurídicas, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os já parcelados, vencidas **até 31 de dezembro de 2020**, oriundas de: Imposto Predial e Territorial Urbanos; Contribuição de Melhoria; Imposto sobre serviços – ISS; Taxas e tarifas diversas; Serviços realizados a terceiros.

Parágrafo único: São excluídas do rol de beneficiados desta Lei as dívidas, ativas ou não, que têm origem em penalidades imputadas por decisões judiciais ou de Órgãos fiscalizadores.

Art. 2º Para participar do Programa de Recuperação de Créditos Municipais, o contribuinte devedor deverá requerer a consolidação de suas dívidas com base no que estabelece o Artigo 1º, podendo liquidá-las da seguinte forma:

§ 1º Em um único pagamento, no ato da adesão, com remissão de 100% (cem por cento) dos acréscimos de juros e de 100% (cem por cento) da multa.

§ 2º Em um único pagamento, com vencimento até o dia 31 de julho de 2021, com remissão de 90% (noventa por cento) dos acréscimos de juros e de 90% (noventa por cento) da multa.

§ 3º Em até três parcelas fixas, com vencimentos mensais e consecutivos, com remissão de 80% (oitenta por cento) dos acréscimos de juros e de 80% (oitenta por cento) da multa, sendo o pagamento da primeira parcela em 06 de agosto de 2021.

§ 4º Em até seis parcelas fixas, com vencimentos mensais e consecutivos, com remissão de 70% (setenta por cento) dos acréscimos de juros e de 70% (setenta por cento) da multa, sendo o pagamento da primeira parcela em 06 de agosto de 2021.

§ 5º Em até doze parcelas fixas, com vencimentos mensais e consecutivos, com remissão de 60% (sessenta por cento) dos acréscimos de juros e de 60% (sessenta por cento) da multa, sendo o pagamento da primeira parcela em 06 de agosto de 2021.

§ 6º Em até vinte e quatro parcelas fixas, com vencimentos mensais e consecutivos, com remissão de 50% (cinquenta por cento) dos acréscimos de juros e de 50% (cinquenta por cento) da multa, sendo o pagamento da primeira parcela em 06 de agosto de 2021.

Art. 3º Nos casos em que a dívida já esteja em processo de cobrança judicial, caberá ao devedor recolher o valor das custas judiciárias, e comprovar o procedimento no ato da confissão da dívida, para que possa ser requerida a sua extinção.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE COLINAS

Art. 4º O contribuinte que liquidar sua dívida nos termos propostos na presente Lei fica isento do pagamento de honorários advocatícios nos casos em que já houve o ajuizamento da cobrança.

Art. 5º A opção pelo pagamento de dívidas nos termos propostos na presente Lei sujeita o contribuinte à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas.

Art. 6º Poderão optar pelo pagamento proposto no presente Programa, os contribuintes que efetuarem a confissão de suas dívidas, nos termos da presente Lei, até 30 de junho de 2021.

§ 1º A dívida será cobrada integralmente, com todos os acréscimos legais previstos no Código Tributário Município, nos casos em que os contribuintes não optarem pelo benefício proposto na presente Lei até a data estabelecida no “caput” deste artigo, podendo os devedores ser inscritos no Cadastro de Inadimplentes, em órgãos de Proteção ao Crédito.

§ 2º O atraso no pagamento de **duas parcelas** implicará na perda dos direitos ao parcelamento, descontos e demais benefícios desta Lei.

§ 3º Em qualquer das formas de parcelamento, de que trata o Artigo 2º desta Lei, a parcela não poderá ser inferior a **R\$ 80,00 (oitenta reais)**.

Art. 7º A concessão do gozo dos benefícios previstos nesta Lei fica condicionada:

I – à apresentação de requerimento no qual conste a relação dos débitos fiscais para os quais é solicitado o benefício;

II – à assinatura do termo de confissão irrevogável e irretratável de seus débitos consolidados nos termos do Artigo 1º, com expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso na esfera administrativa;

III – quanto aos créditos tributários ou não, objeto de litígio judicial, a que haja, em relação a cada débito fiscal objeto do benefício, expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso, bem como desistência dos já interpostos, formalizados nos autos dos respectivos processos.

Art. 8º O benefício concedido por esta Lei não confere qualquer direito à restituição ou compensação de importâncias já pagas ou compensadas.

Art. 9º O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá, através de Decreto, instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento da presente Lei.

Art. 10 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com Órgãos de Proteção ao Crédito, com vistas à integração a Sistemas de Cadastros e recuperação de dívidas pendentes.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, 05 de abril de 2021.

Câmara de Vereadores de Colinas
PROTOCOLO

Processo nº: _____

Data Entrada: 05/04/2021

Rubrica do Responsável

Andréia S. Sulzbach

Assessora Legislativa

Câmara de Vereadores de Colinas


SANDRO RANIERI HERRMANN
Prefeito Municipal